

representa^{coop}

relações
institucionais

INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[semanal]

IRP Nº 41 – ano 2025

13 a 17 de outubro de 2025



Sumário

- GOVERNO DO ESTADO SUGERE CONCESSÃO DE UNIDADES ARMAZENADORAS DO IDR-PARANÁ À INICIATIVA PRIVADA;
- DESTAQUES DE BRASÍLIA;
- LEGISLATIVO ESTADUAL E MONITORAMENTO EM DADOS;
- DESTAQUE DE PROPOSIÇÃO APRESENTADAS NA ALEP;

GOVERNO DO ESTADO SUGERE CONCESSÃO DE UNIDADES ARMAZENADORAS DO IDR-PARANÁ À INICIATIVA PRIVADA

O Governo do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa o PL 923/2025 que autoriza a concessão onerosa de imóveis vinculados ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná) à iniciativa privada. A proposta busca promover o aproveitamento produtivo e a revitalização de estruturas que atualmente demandam investimentos significativos para garantir sua operação plena, assegurando, ao mesmo tempo, a continuidade dos serviços prestados ao setor agropecuário.

O projeto contempla Unidades Armazenadoras de Grãos localizadas em Araucária, Assaí, Cianorte, Guarapuava, Palmas e Santo Antônio do Sudoeste — estruturas que historicamente desempenham papel estratégico na armazenagem de grãos como soja, milho e trigo, atuando como armazéns de retaguarda para cooperativas e produtores rurais. Esses espaços facilitam o escoamento da produção, o atendimento às políticas de preço mínimo e a formação de estoques reguladores, contribuindo diretamente para a dinâmica logística e comercial do agronegócio paranaense.

De acordo com a proposta, as concessões serão realizadas mediante processo licitatório, com contratos que preveem o pagamento de outorga e a possibilidade de rescisão em caso de desvio de finalidade. Os recursos arrecadados deverão ser direcionados ao fortalecimento das ações de pesquisa, extensão rural e desenvolvimento econômico executadas pelo IDR-Paraná.

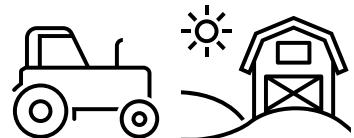
As unidades armazenadoras em questão possuem importância regional significativa, especialmente nas regiões Central, Sul e Noroeste do Estado, onde funcionam como elo essencial entre produtores, cooperativas, indústrias e portos. Ao permitir a participação do setor privado, o Governo busca viabilizar investimentos que possam garantir maior eficiência e sustentabilidade às operações, preservando a prestação de serviços fundamentais ao campo e reforçando a parceria entre o poder público e os agentes produtivos do Estado.



DESTAQUES DE BRASÍLIA

MARINGÁ RECONHECIDA COMO CAPITAL DO ASSOCIATIVISMO:

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 5289/19, que confere ao município de Maringá (PR) o título de Capital Nacional do Associativismo. A proposta, de autoria do senador Flávio Arns (PSB-PR) e relatada pelo deputado Felipe Francischini (União-PR), já passou pelo Senado e segue agora para sanção presidencial. O projeto reconhece o protagonismo de Maringá no desenvolvimento de iniciativas associativas, com destaque para a agricultura e para os setores de crédito, saúde e trabalho, que fortalecem a economia local e promovem qualidade de vida à população.



OCB DISCUTE CRÉDITO RURAL EM AUDIÊNCIA NA CAPADR DA CÂMARA:

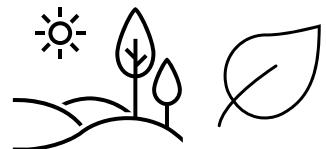
O acesso ao crédito rural e os desafios do financiamento da atividade agropecuária foram temas de destaque na audiência pública promovida pela **Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados**, nesta terça-feira (14). O encontro contou com a presença do Sistema OCB, representado por João José Prieto Flávio, coordenador do Ramo Agro.

[Acesso a audiência na íntegra](#)

DEPUTADO LUIZ NISHIMORI (PSD-PR) ORGANIZA AUDIÊNCIA PARA DISCUTIR RASTREAMENTO DE AGROTÓXICOS:

Audiência pública na CAPADR discutiu a nova metodologia do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) para rastrear o transporte de agrotóxicos. Houve crítica do setor dos transportes sobre esta nova metodologia;

[Acesso a audiência na íntegra](#)



SENADO DISCUTE A PREPARAÇÃO DO CONGRESSO BRASILEIRO PARA A COP 30

Audiência Pública reforçou a importância do Legislativo na preparação para a COP30, destacando o papel dos parlamentares nas discussões e na construção de propostas que representem os interesses do Brasil nas negociações climáticas internacionais.

[Acesso a audiência na íntegra](#)

LEGISLATIVO ESTADUAL E MONITORAMENTO EM DADOS

Com o último trimestre legislativo em andamento, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná caminha para o encerramento de mais um ano de intensos trabalhos parlamentares. O período marca a consolidação de temas prioritários da agenda estadual e o fechamento de ciclos de debates e **tramitações que mobilizaram o Legislativo** ao longo de 2025. Trata-se, portanto, de um momento oportuno para observar em perspectiva o comportamento legislativo do ano e identificar tendências que ajudam a compreender o ambiente político e institucional do Estado.

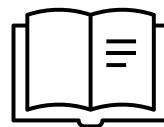
Ao longo de 2025, o plenário e as comissões foram palco de discussões relevantes para diferentes setores da sociedade paranaense, incluindo temas **ligados à economia, infraestrutura, meio ambiente, educação e desenvolvimento regional**. A atividade parlamentar reflete não apenas o volume de proposições apresentadas, mas também o nível de engajamento dos deputados na proposição de políticas públicas, na fiscalização do Executivo e na mediação de interesses diversos da sociedade.

Os dados sobre a produção legislativa deste ano, reúnem um panorama quantitativo das principais atividades da Assembleia no período:

Com destaque para o **total de proposições apresentadas**, o **número de audiências públicas realizadas**, o **tempo total de debates em plenário** e a **autoria das proposições legislativas**. Esses indicadores permitem avaliar o ritmo e a produtividade do Legislativo paranaense, bem como identificar padrões de atuação entre bancadas, partidos e comissões.

A consolidação desses números oferece uma visão abrangente sobre o papel do Parlamento estadual no processo decisório e na formulação de políticas públicas, reforçando a importância de acompanhar de forma sistemática os movimentos e prioridades do Legislativo para o **fortalecimento da interlocução institucional do Sistema Ocepar com os poderes públicos**. Aqui temos uma ideia de em meio a que quantidade de conteúdo realizamos o trabalho de acompanhamento.

Números do trabalho legislativo da ALEP em 2025:



Total de proposições apresentadas

Projetos de Lei: 930
Projetos de Lei Complementar: 11
Propostas de Emendas a Constituição: 4
Decretos Legislativos: 12
Total: 957 Proposições;



Audiências Públicas

Audiências Públicas realizadas: 56



Sessões Plenárias

Sessões Ordinárias: 95
Extraordinárias: 8
CCJ: 31 Reuniões
Debates: 142,5 horas de debate em plenário;

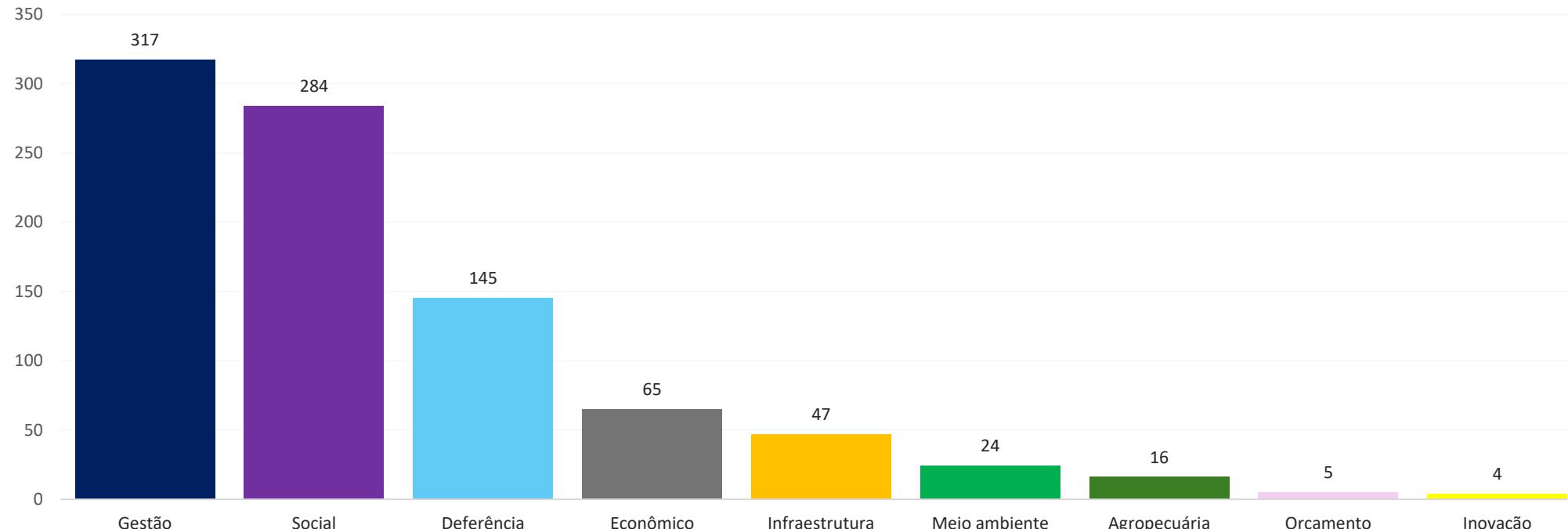


Demais eventos institucionais

Sessões Solenes: 43
Sessões de Interiorização: 8
Audiências Públicas externas: 9

TEMAS DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NA ALEP EM 2025

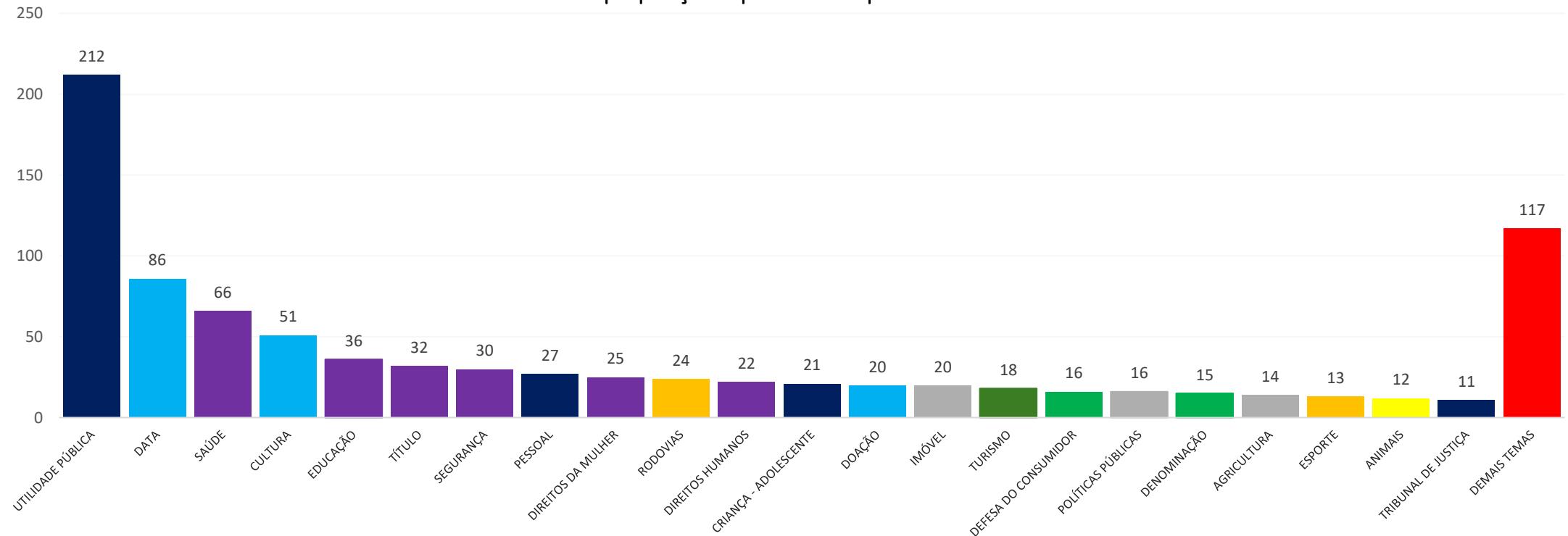
Gráfico 1 – N de proposições apresentadas por tema na ALEP:



Fonte: RI/GETEC – OCEPAR, com base nos dados disponibilizados pela ALEP.

SUBTEMA DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NA ALEP EM 2025

Gráfico 2 – N de proposições apresentadas por subtema na ALEP:



Fonte: RI/GETEC – OCEPAR, com base nos dados disponibilizados pela ALEP.

DESTAQUE DE PROPOSIÇÃO APRESENTADAS NA ALEP

Detalhes das proposições:

Ato Proposição	Autor	Assunto	Ementa	Status e texto completo
PL 923/2025	Poder Executivo (PSD)	Concessão de Imóveis do IDR - Unidades Armazenadoras de Grãos	Autoriza a concessão onerosa dos imóveis do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná que especifica.	Encaminhado a CCJ
PL 930/2025	Maria Victória (PP)	Energias Renováveis	Dispõe sobre o incentivo ao aproveitamento do gás metano para fins energéticos derivado de resíduos sólidos no Estado do Paraná.	Encaminhado a CCJ

Opine sobre as proposições através do forms: <https://forms.cloud.microsoft/r/zduJF2AEeS>.

Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link
<https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua
sugestão e/ou opinião.

